

A Construção da Identidade Profissional dos Animadores Socioculturais

Maria Teresa Gama Barbosa

**Agrupamento de Centros de Saúde de Porto Oriental
Associação para o Desenvolvimento da ASC**



A Construção da Identidade Profissional dos Animadores Socioculturais

Enquadramento

A identidade profissional, situa-se na intersecção dos campos do *trabalho-emprego-formação* (Dubar, 1995).

O trabalho, o emprego e a formação são, assim, os três pilares da identidade profissional. O trabalho, como organização dos processos sociais, pode ser entendido como a construção de um perfil de funções sociais que se agrupam em torno de uma unidade de referência. Por um lado, refere-se à profissão e à sua definição, por outro lado, é um instrumento de gestão do mercado laboral, tomando a forma de oferta mais ou menos abundante, mais ou menos gratificante de emprego. Neste quadro, a construção de uma identidade profissional tem de ter ainda em linha de conta as competências que diferenciam os indivíduos capazes de realizar esse perfil funcional e, por conseguinte, que preenchem as condições para competir no mercado de emprego.

Esta capacitação para a profissão e para acesso ao emprego, promovida pela formação escolar, não escapa, segundo Claude Dubar, aos processos de reprodução social de que fala Bourdieu. Com efeito, o funcionamento dos mercados de trabalho induz modos integrados de socialização profissional: relações profissionais institucionalizadas que se organizam em torno de uma “super-regra”, ou, se quisermos dizer de outro modo, em torno de um certo “paradigma” que diz respeito ao próprio conceito de relações profissionais.

Por outro lado, ainda de acordo com Claude Dubar, a identidade com dimensão social é sempre uma articulação entre uma transacção (equilibração) interna ao indivíduo e

uma transacção (equilibracão) externa entre o indivíduo e as instituices com que está em interaco. Esta articulao entre o domínio do pessoal e o domínio da relao do pessoal com o institucional  sempre uma articulao dinâmica, instável. Gera, por isso mesmo, mecanismos de evoluo, mas também de insegurança. As mudanças institucionais e organizacionais ameaçam, por via de regra, a estabilidade associada às competências específicas para a profissão, isto , ameaçam as identidades profissionais. Não  raro que este tipo de ameaças seja vivido como uma sano e não como um progresso, como uma avaliao externa sobre a importância, utilidade ou pertinência da própria profissão tal como da competência acadmica, profissional e empenho dos profissionais.

Ora, precisamente, vivemos actualmente um período de alteraes e reconfiguraes das organizaes que ameaçam a estabilidade associada às competências laborais, isto , que ameaçam um dos pilares centrais da identidade profissional. De um ponto de vista muito geral, estas reconfiguraes aparecem associadas  própria instabilidade no emprego e a crises mais ou menos graves de natureza social. Os profissionais de interveno social, para além de sofrerem as mesmas pressões que resultam dessa instabilidade mais geral, ainda se confrontam com o questionamento óbvio sobre a pertinência e utilidade da sua aco, na medida em que não são capazes de se furtar  erosão da sua própria identidade profissional, como ainda objectivamente se mostram incapazes de intervir eficazmente para que todos os restantes possam superar as suas dificuldades. O círculo vicioso que decorre deste duplo problema tem efeitos particularmente devastadores num dos aspectos centrais da construo das identidades profissionais: o reconhecimento institucional da profissão.

Este cenário crítico  ainda agravado pela insuficiência ou pela crise das ideologias defensivas das profissões, que, cada vez mais, são bloqueadas pelas identidades estruturadas em torno de modelos profissionais característicos de grandes empresas. Estes modelos muito estruturados têm profundas repercussões nos próprios modelos de formao profissional, socialmente reconhecidos.

Da Instabilidade à Construção da Identidade

É neste quadro de grande complexidade que o profissional de animação sociocultural é chamado a construir a sua própria identidade. Se, por um lado, a instabilidade, que decorre das alterações e reconfigurações das organizações sociais, promove a emergência de novos enquadramentos que podem facilitar a identificação de novas necessidades e de novas profissões, por outro lado, essa mesma instabilidade gera a imprevisibilidade e a conseqüente falta de marcos de referência que orientem a afirmação de identidades profissionais emergentes, ou em construção.

Caride Gómez, citando Wilensky, identifica quatro etapas no processo de delimitação histórica do objecto específico de uma profissão e no seu reconhecimento pela sociedade. Essas etapas não correspondem, no pensamento do autor, a fases históricas que se sucedem e substituem no tempo, mas a “sequências em que se mostra como se produz a transição da *ocupação* para a *profissionalização*” (Caride Gómez, 2008, p. 157), isto é, a processos que se vão sobrepondo no sentido da afirmação gradual de uma profissão socialmente reconhecida como tal. São eles:

- *O estabelecimento de diversos procedimentos de formação e selecção.*
- *A constituição de uma ou várias associações profissionais para estabelecer modelos e normas de ocupação, e para orientar as relações com outros grupos competitivos.*
- *A consecução do reconhecimento público em forma de apoio legal para controlar o acesso à profissão e ao seu exercício.*
- *A elaboração de um código ético.* (Caride Gómez, 2008, p. 157)

Neste processo de reconhecimento social, a congruência entre o que fazem os profissionais e o que a sociedade espera deles desempenha um papel fundamental na atribuição de legitimidade social à profissão e aos profissionais.



Ora, segundo Gillet, no final do século XX, período que, segundo ele, corresponde a uma fase de *definições profissionais* (Gillet, 1995, p. 42) no quadro do capitalismo em todo o seu esplendor, os animadores confrontam-se com a necessidade de uma recomposição profissional, articulada em torno de quatro pólos.

- Um pólo não-mercantil, que corresponde á busca de relações entre os indivíduos e de gestão da vida do quotidiano;
- Um pólo mercantil, que corresponde a práticas comerciais, tecnológicas e de aconselhamento;
- Um pólo social, que corresponde à acção sobre a economia de um território e à pedagogia;
- Um pólo cultural que corresponde à elevação do nível de cultura e à mundialização da cultura.

Destes quatro pólos resultaria uma recomposição profissional dialéctica em dois eixos: do não-mercantil ao mercantil e do social ao cultural. Em torno destes dois eixos desenvolvem-se dois Universos da animação sociocultural: O Universo “quente” da animação e o Universo “frio” da animação (Gillet, 1995, pp. 44 - 48). Na verdade, correspondem a expectativas antagónicas relativamente à animação sociocultural. A perspectiva “quente” corresponde à animação como uma “acção educativa e promocional face a uma sociedade bloqueada e fragmentada” (Gillet, 1995, p. 45), seria uma pedagogia da descoberta, da criatividade, da invenção e da inovação. “Seria, enfim, aquela parteira que ajuda os sistemas sociais a dar à luz o desenvolvimento, permitindo-lhes exprimir a sua vontade e transformá-la em projecto de acção (...)” (Gillet, 1995, p. 45). Segundo a perspectiva “fria”, “a animação põe no terreno, de facto, técnicos da relação para tentar desembaraçar os fios da comunicação, sem trazer remédio real à degradação do universo urbano” (Gillet, 1995, pp. 46,47). Trata-se de uma missão impossível, em que a multiplicação dos animadores seria a marca de uma sociedade doente. Os animadores seriam “fieis servidores de uma tecno-estrutura de papões devoradores porque sempre virada para a racionalização: a sua profissionalização é uma das marcas disso mesmo.” (Gillet, 1995, p. 47)

Ora, estes dois discursos (o “quente” e o “frio”) e estas expectativas a respeito da animação fazem parte dos debates teóricos e políticos que acompanham todas as práticas humanas que tenham em vista a melhoria das condições sociais. Essas práticas podem ser sempre práticas de alienação e de submissão das diferenças ao dominante, ou práticas de mudança e de inovação. Melhorar as condições sociais, com efeito, pode ser, para uns, uniformizar, isto é, reduzir a marginalidade por processos de correcção e submissão, ou, para outros, reduzir a marginalidade por processos de participação e de abertura.

Como encontrar ou construir, então, essa congruência entre o que fazem os profissionais e o que a sociedade espera deles, como diz Caride Gómez, se são esperadas acções contraditórias e até antagónicas, que vão desde a subordinação dos diferentes à via dominante, até à ideia de desenvolver a comunicação social, a

liberdade de expressão, o direito à palavra, a interacção com vista a uma comunidade a reconstruir?

A proposta de Caride Gómez é sobretudo de natureza proactiva (Caride Gómez, 2008, pp. 163-169). A animação sociocultural deve comprometer-se com um conceito de cultura como necessidade vital. Importa, por isso, que a ASC se desenvolva num quadro de socialização, isto é, num quadro de humanização, em que as pessoas tenham opção, “mais do que de comunicar e exprimir-se entre si, de se reconhecerem e recriarem na sua humanidade, agarrando as oportunidades que possibilitem a construção de uma sociedade mais íntegra e integradora” (Caride Gómez, 2008, p. 163). Podemos assim entender que, embora a ASC deva ser congruente com as necessidades sociais, há uma necessidade social que se confunde com a própria vida humana e a sua dignidade: a da humanização através da cultura. A congruência da ASC com esta necessidade não deve ser submetida ao debate opinativo.



A Construção da Identidade Profissional dos Animadores Socioculturais
Copyleft: Maria Teresa Gama Barbosa

Geneviève Poujol, em 1989, situava a ASC num quadro mais vasto da animação, em que o animador seria aquele que desenvolve a sua acção no e sobre o tempo livre dos outros (Poujol, 1989, p. 78 e 153). Embora explicitando muitas reservas mentais, Poujol propõe uma tipologia da animação em três categorias, consoante a perspectiva e o método utilizado:

- O animador cultural seria aquele que, assumindo uma perspectiva cultural, se encarregaria da difusão junto de grupos sociais específicos;
- O animador social seria aquele que, assumindo uma perspectiva comunitária, se dedicaria a associar grupos sociais a um projecto social;
- O animador sociocultural seria aquele que, assumindo uma perspectiva educativa, promoveria a apropriação por grupos sociais dos meios para o seu desenvolvimento cultural (Poujol, 1989, p. 78).

Não há nesta tipologia nada que a afaste de uma perspectiva mais global de humanização, a não ser precisamente o facto desnecessário de afastar o animador sociocultural do animador social e do animador cultural. Com efeito, a ideia que atravessa todas as categorias de animador é a ideia de uma necessidade fundamental, seja de acesso à informação, seja de participação num projecto social, seja de apropriação de meios para o desenvolvimento cultural. Assim, pelo contrário, esta “tipologia” da animação deve ser vista como correspondendo a três eixos fundamentais da ASC. Do mesmo modo, parece fazer sentido agrupar na denominação de ASC alguns dos perfis profissionais que Mario Viché refere nos âmbitos da educação familiar, educação escolar e educação comunitária: educadores de rua, animadores de tempo livre, animadores socioeducativos, animadores culturais, animadores socioculturais (Viché, 2006).

Do Reconhecimento

Numa tentativa de encontrar a identidade profissional dos animadores socioculturais é fundamental que tenhamos em consideração aquilo que é a realidade actual, mas ficaremos, seguramente, num impasse, se não formos capazes de perspectivar o futuro e propor as mudanças necessárias para participarmos, como grupo profissional, na sua construção.

Um dos aspectos mais importante para o reconhecimento da ASC pelas comunidades é a sua capacidade para dar resposta a novas necessidades e exigências sociais, muitas delas emergentes numa sociedade qualificada como pós-moderna, pós-industrial, da informação, do conhecimento, em rede, do ócio, etc.. Referindo-se ao reconhecimento académico da Educação Social, Caride Gómez defende que “estas novas necessidades obrigam a repensar a natureza e o alcance da educação como uma prática que pode estar presente em qualquer tempo e espaço da vida das pessoas (Caride Gómez, 2008, p. 122). Ora, é esta precisamente a perspectiva que devemos assumir para a ASC.

No entanto, num primeiro momento, há que encontrar um consenso sobre o agrupamento de perfis profissionais que pode caber na designação Animação Sociocultural, ou em outra que, sendo mais clara, a possa substituir. Numa sociedade fragmentada, a intervenção social não pode dispersar-se, constituindo-se como um factor potenciador dessa fragmentação. Tem de a ter em conta, tem mesmo de saber respeitá-la, mas tem de apresentar-se com um sentido, um significado social que seja compreensível para as comunidades.

Façamos, então, um exercício de reflexão que nos conduza a esse agrupamento. A Animação Sociocultural pode ser considerada como fazendo parte de um quadro muito vasto de intervenção social que pode ser designada como de Educação. Situa-se num dos seus ramos que podemos designar de “educação em contextos não formais”. Se for possível o consenso a respeito destas primeiras divisões, o que resta será

distinguir, neste quadro muito amplo, a intervenção dos Serviços Sociais, da intervenção Sociocultural ou Sociocomunitária. Com efeito, aquilo a que tem vindo a chamar-se, em Portugal, “educação social”, “animação comunitária”, “animação cultural”, etc., deve integrar-se num quadro profissional que signifique “intervenção sociocultural ou sociocomunitária”. É este o domínio que deve ser o identificador da Animação Sociocultural, ainda que, para facilitar o consenso, seja necessário adoptar outra designação para ele. Com efeito, muitas vezes parece que o principal obstáculo a este agrupamento conceptual se deve à própria tentativa de afirmação dos percursos formativos e opções estratégicas das escolas de formação. Não será excessivo denunciar o carácter suicida que está presente na defesa intransigente da valia do diploma em Educação Social, por exemplo, passado por uma determinada escola, em detrimento do diploma de Animador Sociocultural, passado por outra, só porque o nome escolhido é ou deve ser, na opinião dos seus promotores, o mais correcto. Na verdade, aquilo que se propõe aqui é o estabelecimento de um consenso que conduza a uma nova realidade, em que uns e outros façam parte da mesma família profissional.

Restaria nesse caso, como foi dito atrás, distinguir a intervenção dos Serviços Sociais da intervenção Sociocultural. Neste ponto, sigo a proposta de Jordi Romani que, no essencial pode apresentar-se do seguinte modo (Romani, 2008):

- Serviços Sociais:
 - Planificação e desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção em problemáticas sociais (maus tratos, drogas, delinquência, marginalidade social);
 - Planificação e desenvolvimento de programas de intervenção em prisões e centros de acolhimento;
 - Direcção, coordenação e assessoria de serviços e acções de reeducação e de inserção social de pessoas com dificuldades de adaptação social, infância e adolescência em situação de abandono e de risco;
 - Avaliação de processos de acolhimento e adopção;
 - Participação em programas de educação familiar e comunitária, de

educação para a saúde, de cooperação social;

- Participação em centros e serviços de orientação e informação de recursos sociais e de intervenção em acções de mediação sociocultural, familiar e escolar, relacionada com a imigração e a multiculturalidade.
- Intervenção Sociocultural ou Sociocomunitária:
 - Planificação e desenvolvimento das actividades socioeducativas de centros e instituições diversas: centros culturais, centros cívicos, museus, meios de comunicação social, bibliotecas, fundações, parques temáticos, centros e residências para a terceira idade e associações;
 - Informação de gestão de recursos culturais: museus, parques temáticos, ludotecas...);
 - Planificação de jogos didácticos e planificação de actividades socioeducativas;
 - Desenvolvimento comunitário e participação cívica;
 - Promoção educativa;
 - Formação de voluntariado e assessoria a ONGs;
 - Educação de adultos e oficinas de trabalho formativo.(Romani, 2008, pp. 147, 148)

A Classificação Nacional das Profissões (CNP), de 2010, do Instituto do Emprego e Formação Profissional não contempla a designação de Animador Sociocultural. No entanto, no Grande Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores -, Sub-Grande Grupo 5.1 – Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança -, Sub-Grupo 5.1.4 – Outro Pessoal dos Serviços Directos e Particulares -, Grupo de Base 5.1.4.9 – Pessoal dos Serviços Directos e Particulares não Classificados em Outra Parte, são tipificadas duas profissões que dizem respeito a esta intervenção sociocultural ou sociocomunitária, de que fala Jordi Romani: na categoria 20, o Animador Cultural, e na categoria 35, o Educador Social.

Ao Animador Cultural, é atribuído o seguinte perfil profissional:

Organiza, coordena e/ou desenvolve actividades de animação e desenvolvimento sócio-cultural de grupos e comunidades, inseridas nas estruturas e objectivos da administração local ou serviços públicos ou privados de carácter social e cultural: programa um conjunto de actividades de carácter educativo, cultural, desportivo e social no âmbito do serviço onde está integrado e das necessidades das populações; reúne os recursos necessários, nomeadamente equipamentos, meios financeiros e humanos, transportes e outros, junto de entidades públicas, privadas e das próprias populações; organiza, coordena e/ou desenvolve actividades diversas no âmbito dos programas, tais como ateliers, visitas a diversos locais (museus, exposições), encontros desportivos, culturais (debates, conferências) e recreativos, redacção e publicação de jornais, utilizando métodos pedagógicos e de animação, afim de desenvolver o espírito de pertença, cooperação e solidariedade das pessoas, bem como proporcionar o desenvolvimento das suas capacidades de expressão e realização; concebe e executa, individualmente ou em colaboração com grupos, suportes materiais para o desenvolvimento das acções; avalia os programas e efectua os respectivos relatórios. (IEFP, 2010)

Ao Educador Social que, em certas circunstâncias, pode ser denominado como “Monitor de Tempos Livres”, é atribuído o seguinte perfil profissional:

Presta apoio de carácter pedagógico, cultural, social e recreativo a indivíduos (sãos ou portadores de deficiências), grupos e comunidades abrangidos por equipamentos sociais, com vista à melhoria das condições de vida: colabora na prospecção, estudo e avaliação de planos de promoção social e comunitária, na identificação de necessidades de preenchimento de tempos livres e em estudos sobre a caracterização do meio social; promove, desenvolve e/ou apoia actividades de índole cultural, educativa e recreativa na ocupação de tempos livres de crianças, jovens e pessoas idosas; dinamiza e/ou apoia actividades de carácter formativo mediante a realização de cursos ou campanhas de educação sanitária e formação familiar; assegura, de acordo com as orientações definidas, a articulação entre os equipamentos sociais e as famílias e as outras instituições e serviços da comunidade, dinamizando e/ou participando em reuniões, programas de promoção ou outras acções desenvolvidas a nível comunitário. Pode ocupar-se exclusivamente da promoção e desenvolvimento de actividades de tempos livres e ser designado em conformidade, como: Monitor de Actividades de Tempos Livres. (IEFP, 2010)

Seguindo a proposta de Jordi Romani (Romani, 2008), fica difícil não enquadrar uma e outra destas duas profissões no âmbito da intervenção sociocultural ou sociocomunitária. Ora, sendo que “a consecução do reconhecimento público em forma de apoio legal para controlar o acesso à profissão e ao seu exercício”(Caride Gómez, 2008, p. 157), é um dos processos de afirmação das profissões socialmente reconhecidas, torna-se, então, necessário dar um passo pragmático que consiste, precisamente, em enquadrar estas duas profissões (se se entender que devem permanecer distintas), no âmbito da intervenção sociocultural, sendo que uma corresponde à animação sociocultural e a outra à educação sociocultural. Uma vez, postas as coisas nestes termos, fica mais claro o pouco sentido que faz que permaneçam tão artificialmente separadas uma da outra, mas essa pode ser uma opção a considerar, embora talvez menos sensata, tendo em conta a fragilidade que resulta, ou pode resultar, da fragmentação das intervenções sociais, já de si complexas o bastante para que a sua afirmação pública seja compreensível para todos.

Fundamentos para uma Proposta

Embora na “matriz portuguesa”, como refere Marcelino Lopes, a ASC surja como um objecto central de estudo e de intervenção, apontando para um perfil profissional diferenciado (Lopes, 2006, p. 422), a verdade é que nem ele, em outras partes da sua obra (Lopes, 2006, pp. 341,342), nem outros autores (Larrazábal, 1998, p. 123), evitam considerar a ASC dentro de um âmbito muito mais vasto, o da Educação. Por outro lado, a matriz, que Marcelino Lopes refere como espanhola, preconiza um conceito de Educação Social muito mais próximo do conceito português de Animação Sociocultural, do que do conceito, também português, da profissão de Educador Social. Na verdade, acaba por envolver os dois conceitos portugueses, mas dando muito mais ênfase ao nosso conceito de ASC. E esta parece ser uma opção que, do ponto de vista estritamente pragmático, pode ser mais estruturante de um perfil de Animador Sociocultural.

Ora, acontece, por outro lado, que o reconhecimento social da profissão de Animador Sociocultural, em Portugal, é, neste momento, mais visível do que o reconhecimento institucional constante, por exemplo, na Classificação Nacional das Profissões do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Esse reconhecimento social é patente nas informações prestadas por organizações várias – Fórum Estudante e Cidade das Profissões¹, por exemplo – que assumem a missão de esclarecer os jovens candidatos ao Ensino Superior sobre a oferta formativa disponível e as respectivas saídas profissionais: referem-se explicitamente à profissão de Animador Sociocultural e a seu respeito dizem, por exemplo, que o “mercado de trabalho (para o Animador Sociocultural) é pequeno e (que) muitos animadores trabalham em regime de freelancer, elaborando os seus próprios projectos de animação (...) (e que) este ainda é um mercado com muito potencial a desbravar.” (Profissões, 2010).

A “matriz portuguesa” tem, portanto, raízes históricas e corresponde a uma consolidação da profissão do Animador Sociocultural, realizada a partir das comunidades e das estruturas e organizações sociais de proximidade aos cidadãos para as instituições de cariz centralizado e mais distante dos cidadãos. Este percurso, embora exija tempo até que os poderes centrais se consciencializem das mudanças que estão em curso, não pode, ou não deve, ser abandonado, porque é aquele que potencia o enraizamento dos profissionais na sociedade, e dá sentido às respostas a necessidades, sentidas pelas pessoas, proporcionadas por esses mesmos profissionais.

Mas, neste momento que, por muitas e diversas razões, parece estar a assistir-se a algum abrandamento na procura de formação em ASC, e eventualmente a uma diminuição da oferta de emprego para os Animadores, torna-se necessário que a promoção da ASC se dirija directamente aos poderes institucionais de natureza centralizada.

A experiência espanhola, no campo do intercâmbio de perspectivas sobre a organização da formação no Sector da Educação, promovido pela Revista Educación

¹ Ver em <http://cdp.portodigital.pt/>

XXI (volume 11, de 2008), deve inspirar um trabalho idêntico, por parte das instituições formadoras de Animadores Socioculturais.

Por outro lado, se for possível estabelecer um consenso para encontrar mais semelhanças do que diferenças entre o conceito espanhol de Educação Social e o conceito português de Animação Sociocultural, não ao nível epistemológico certamente, mas ao nível dos perfis profissionais, então estaríamos em condições para também encontrar uma base de trabalho conjunto entre as Instituições espanholas e as Instituições portuguesas que, sem dúvida, poderia ser frutuoso e muito enriquecedor, desde que se clarificasse e definisse, dentro de parâmetros razoáveis, a respectiva correspondência conceptual ao nível do exercício da actividade profissional.

O “Libro Blanco Titulo de Grado en Pedagogia y en Educación Social” define os âmbitos e perfis distintivos da Educação Social do seguinte modo (Villa, 2005)

Âmbitos e Perfis da Qualificação em Educação Social	
ÂMBITOS	PERFIS
Educação Familiar e Desenvolvimento Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> • Educador de família • Agente socioeducativo de desenvolvimento comunitário
Educação e Mediação para a Integração Social	<ul style="list-style-type: none"> • Educador de família • Planificador e avaliador de processos de integração social
Educação do Ócio, Animação e Gestão Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Educador em tempo livre e ócio • Animador sociocultural • Gestor de programas e recursos socioculturais
Intervenção Socioeducativa na Infância e na Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Educador em instituições de atenção e inserção social • Mediador em processos de acolhimento e adopção

Se, por prudência e para evitar situações de conflito pouco aconselháveis nos tempos difíceis por que passamos, excluirmos o âmbito de Intervenção Socioeducativa e o perfil de Educador de Família, que parecem corresponder melhor ao conceito

português do profissional de Educação Social, os âmbitos e perfis, definidos nesse livro branco como da Educação Social (no conceito espanhol) correspondem bem aos da Animação Sociocultural em Portugal.

Temos de ser claros: o termo de “animação sociocultural” pode ser atribuído a intervenções, a práticas sociais, a métodos, a processos, a programas e projectos, a tarefas ou funções sociais e a factores que produzem certos resultados, que não têm de corresponder a um tipo específico de profissionais bem determinado (Trilla, 1998, pp. 19,20). Desta possibilidade decorre naturalmente uma certa confusão quando o mesmo termo é aplicado a uma profissão e a uma qualificação profissional específica. Torna-se, portanto, indispensável, para manter a designação “Animação Sociocultural” referida a uma profissão, que ela ultrapasse uma pura dimensão teórica ou epistemológica, para alcançar uma dimensão pragmática de definição dos âmbitos e perfis profissionais.

Proposta

Mantendo, como deve ser mantida, a designação de Animação Sociocultural, por razões históricas, mas sobretudo por razões de afirmação de uma intenção explícita de *dinamização* sociocultural, devem ser estabelecidos os pontos de contacto com designações em outros países da União Europeia, a começar obviamente por Espanha. Designações distintas podem e devem aproximar significados em termos práticos para se referirem a profissões específicas. Assim, devemos aproximar-nos do termo “Animation Socioculturelle” ou “Animation Culturelle” em língua francesa, do termo “Socio-Cultural Community Development” ou “Community Education (Learning & Development)” em língua inglesa, e de “Educación Social”, em língua espanhola.

Este esforço de *conciliação* linguística promove, por um lado, a clarificação e aprofundamento de conceitos, e concede, por outro lado, uma dimensão europeia a esse mesmo esforço e aos resultados que venham a ser obtidos.

No entanto, esta tarefa aparenta uma dificuldade acrescida que resulta precisamente do facto de, em França, no Reino Unido, na Alemanha, na Itália, por exemplo, um determinado diploma de formação superior na área das Ciências da Educação e da Intervenção Social não ter obrigatoriamente uma correspondência directa com uma profissão, mas “gera um leque de possibilidades de âmbitos de intervenção, sem que quase nunca se estabeleça uma relação de exclusividade entre o diploma e os âmbitos.”(Senent, 2008, p. 68) Não podemos deixar de ver nesta fluidez uma resposta das entidades de formação à “crise actual das profissões”: as entidades formadoras desvinculam-se da questão da empregabilidade dos seus diplomados, acentuando o desenvolvimento de competências na formação e na acreditação profissional, mais do que a preparação específica para uma profissão. Pode, então, ser reconhecida uma competência pessoal e profissional geral pelo Sistema Educativo, sendo o indivíduo responsável e autónomo como candidato a, ou exercendo, uma profissão específica.

O *Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida (QEQ)* determina precisamente que uma qualificação profissional é alcançada quando um organismo competente determina que a aprendizagem de um indivíduo atingiu um determinado nível de competências pessoais e profissionais. Define “Competência”, como “a capacidade comprovada de utilizar o conhecimento, as aptidões e as capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, em situações profissionais ou em contextos de estudo e para efeitos de desenvolvimento profissional e/ou pessoal. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia”(CE, 2009, p. 13).

Esta perspectiva sobre a *Qualificação* abre espaço para que as Escolas Superiores adoptem designações gerais para as qualificações que atribuem, permitindo que os diplomados, através de processos de formação ao longo da vida, se adequem a exigências de múltiplas profissões, adaptando-se, por essa via, a uma *flexibilização* crescente do mercado de emprego. No caso da Animação Sociocultural, esta perspectiva permitiria que as entidades formadoras se mantivessem no patamar em que o conceito de *Animação Sociocultural* se aplicaria a intervenções, a práticas

sociais, a métodos, a processos, a programas e projectos, a tarefas ou funções sociais e a factores que produzem certos resultados, sem correspondência com um tipo específico de profissionais bem determinado.

Ora, essa perspectiva, veiculada pelo Quadro Europeu de Qualificações, não se aplica verdadeiramente a profissões, cujo exercício é regulado por Ordens profissionais ou pelo Estado, como acontece, por exemplo, com os Médicos, os Farmacêuticos e os Professores. Nestes casos, a própria formação tem de ser reconhecida como adequada ao exercício de uma profissão específica: não se considera que baste o reconhecimento da competência dos profissionais, são também validadas a forma e a instituição onde essa competência foi adquirida.

No caso das profissões recentes ou emergentes, como é o caso da de Animador Sociocultural, também parece sensato alinhar a formação com o contexto e as especificidades do trabalho. A não ser assim, a construção da identidade da própria profissão é sacrificada, com prejuízo para os que promovem a formação e para os que pretendem aceder à profissão. Com efeito, o jovem que procura a obtenção de uma formação precisa de reconhecer o percurso formativo e a sua ligação com o mundo do trabalho. Em áreas profissionais clássicas ou tradicionais essa ligação existe no senso comum; nas mais recentes, ou ainda em fase de afirmação, convém promover essa ligação. De facto, o termo *profissão* corresponde, simultaneamente, a uma “função de um sistema económico, que determina a actividade num campo profissional que se define em perfis configurados por competências” (...) e a um “conjunto social organizado que facilita a identificação e defesa dos interesses dos profissionais (...)” (Ureta, 2008, p. 155). Não podemos, por isso, afastar os debates teóricos e epistemológicos em torno da definição de uma formação, como a de Animação Sociocultural, do contexto onde se deseja que os diplomados venham a exercer as suas competências.

Faz, portanto, todo o sentido que as Associações Profissionais e as Entidades de Formação, mais do que se limitarem a reconhecer o passado e a sua legitimidade, se lancem na construção de uma identidade profissional da Animação Sociocultural,

devidamente articulada entre a academia e o contexto de trabalho, mesmo que isso possa implicar mais uma perspectiva de futuro do que uma valorização do passado.

Essa perspectiva de futuro que aqui se defende é a de que o conteúdo profissional da Animação Sociocultural se alargue ao conteúdo profissional que, em língua espanhola, se atribui, ou se está em vias de atribuir, à Educação Social, retirando dele o que corresponde, em língua portuguesa, ao conteúdo profissional do Educador Social, a saber: o de “educador em instituições de atenção e inserção social” e o de “educador de família”.

Bibliografía

Caride Gómez, J. A. (2008). El Grado en Educación Social en la Construcción del Espacio Europeo. *Educación XXI*, 11, 103 - 131.

Caride Gómez, J. A. (2008). Profesionalizar la animación sociocultural, nuevas realidades y viejos desafíos para las políticas culturales y la democracia cultural. In V. J. Ventosa, *Los agentes de la animación sociocultural, el papel de las instituciones, de la Comunidad y de los profesionales* (pp. 155-182). Madrid: Editorial CCS.

CE, C. E. (2009). Quadro Europeu de Qualificações Para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Bruxelas, Bélgica.

Dubar, C. (1995). *La Socialisation* (2ª ed.). Paris: Armand Colin.

Gillet, J.-C. (1995). *Animation et animateurs*. Paris: Ed. L'Harmattan.

IEFP, I. d. (2010). *IEFP*. Retrieved 2010 from Classificação Nacional das Profissões - CNP: <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/>

Larrazábal, M. S. (1998). La Figura y La Formación del Animador Sociocultural. In J. Trilla, *Animación Sociocultural, Teorías, programas y ámbitos* (2ª ed., pp. 121 - 133). Barcelona: Ariel Educación.

Lopes, M. S. (2006). *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Poujol, G. (1989). *Profession: animateur*. Toulouse: Ed. Privat.

Profissões, C. d. (2010). *Cidade das Profissões*. Retrieved 2010 from Profissões - Animador Sociocultural: <http://cdp.portodigital.pt>

Romani, J. R. (2008). La Pedagogía Profesional del Siglo XXI. *Educación XXI*, 11, 133 - 154.

Senent, J. M. (2008). Las Titulaciones de Educación: Una Perspectiva Histórico-Comparada en España y Europa. *Educación XXI*, 11, 43 - 71.

Trilla, J. (1998). Concepto, Discurso y Universo de la Animación Sociocultural. In J. T. (coord), *Animación Sociocultural; Teorías, Programas y Ámbitos* (pp. 13 - 39). Barcelona: Ariel Educación.

Ureta, C. V. (2008). Formación y Profesionalización de los Orientadores Desde el Enfoque de Competencias. *Educación XXI*, 155 -181.

Viché, M. (2006). *Animadores o Educadores*. Retrieved 2010 from Quaderns Animacio: <http://quadernsanimacio.net>

Villa, A. (2005). *Libro Blanco Título de Grado en Pedagogía y en Educación Social*. Madrid: ANECA.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Gama Barbosa, M^a Teresa; (2011); A Construção da Identidade Profissional dos Animadores Socioculturais; en <http://quadernsanimacio.net>; n° 13 enero de 2011; ISSN: 1698-4044